

a, de los unos y de los otros, Oraciones y razonamientos de la guerra..., Salamanca: Juan

españolas de las *Vidas*». Es-

uel (2007): *Nuevo tesoro le-*
drid: Arco Libros.

s del siglo XVI. Madrid: Con-

cas.
es metodológicas sobre el lé-
nacimiento hispano». *Histo-*
in. Ed. por Gloria Clavería
rat Sabater, Joan Torruella i
Iberoamericana / Vervuert,
7).

paña: *Traducciones de Mora-*
Publicaciones de la Universi-

nes de Dió de Prusa». Ed.
Trinidad Guzmán, José Luis
es de la Universidad de León,

Tucídides: Historia de la Guer-
ernando.

ucción entre los primeros hu-
l mundo clásico III. Homenaje
por José M^a Maestre Maes-
Barea. Alcañiz/Madrid: Edi-

UMA PROPOSTA DE ENSINO DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA NA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM FINAIS DO SECULO XVIII — OS MANUSCRITOS DE MANUEL ÁLVARES DA ROSA

SÓNIA COELHO / SUSANA FONTES

RESUMO

Entre o riquíssimo espólio da biblioteca da Real Mesa Censória, que se conserva no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, encontram-se os manuscritos inéditos n.º 1783 e n.º 4190, da autoria de Manuel Álvares da Rosa, mestre de ler, escrever e contar no Real Colégio dos Nobres. Com estes dois manuscritos, o autor pretendia criar um breve manual didático, destinado aos alunos das primeiras letras que frequentavam as suas aulas. Num contexto histórico em que o estudo da ortografia se tinha acabado de tornar obrigatório por lei, Rosa fornece um conjunto de informações metaortográficas, com o objetivo de oferecer aos seus alunos uma formação básica nesta matéria. No âmbito do presente artigo, pretendemos dar a conhecer estes manuscritos inéditos, dando destaque às propostas ortográficas do autor.

ABSTRACT

Among the rich collection of the Royal Censorship Board library, which is preserved in the National Archive of Torre do Tombo, we can find the unpublished manuscripts no. 1783 and no. 4190, whose author is Manuel Álvares da Rosa, reading, writing and counting master at the Royal College of the Noble Men. With these two manuscripts, the author intended to create a brief teaching manual, designed for students from the first letters attending his classes. In a historical context in which the study of orthogra-

phy had just become mandatory by law, Rosa provides a set of metaorthographic information in order to offer his students a basic training in this matter. In the present paper, we intend to disclose these unpublished manuscripts, highlighting this author's orthographic proposals.

1. INTRODUÇÃO

Numa época marcada por reformas profundas ao nível do ensino, surge a necessidade de se criarem obras didáticas destinadas ao ensino da língua portuguesa. Entre o grande número de obras manuscritas que se conservam dentro do riquíssimo espólio da biblioteca da Real Mesa Censória do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, contam-se os manuscritos n.º 1783 e n.º 4190. Ambos os opúsculos inéditos são da autoria do professor Manuel Álvares da Rosa. O primeiro data de 1776 e intitula-se *Breves instruções de Orthographia abreviada, para entreter os principiaes no uso da Aula de Ler, Escrever, e Contar de Manoel Alvarez da Rosa. Recopilada pelo mesmo, e devizam de pezos, e medidas secas e molhadas. Com os Actos de Fé, Esperança, Caridade, de Contrição, e Atrição. O segundo, datado de 1780, intitula-se *Pratica De humma breve Orthographia, para o uso dos principiaes nas Escolas menores, que ainda não frequentão a Lingua Latina, Com os Actos de Fé, Esperança, Charidade e de Contricção para instrucção da mocidade. Oferecido Ao Ilustre Thaumaturgo da Igreja Catholica. O glorioso Senhor Santo Antonio homra de Portugal Por seu indigno devoto Manoel Alvarez da Roza, Mestre de Ler Escrever e Contar, por sua Magestade Fidelissima, e Consulta da Real Meza Censorial*.*

Estes dois manuscritos foram entregues à Real Mesa Censória, mas nunca foram publicados. O primeiro tem a informação

¹ Nas citações apresentadas no presente artigo, adotamos o segundo manuscrito, por este ter sido alvo de algumas atualizações por parte do autor relativamente ao primeiro. No que respeita à grafia dos textos citados, de modo a facilitar a leitura, procedemos ao desdobramento, em itálico, das abreviaturas; separamos palavras unidas indevidamente, uniformizamos o uso de maiúsculas e minúsculas e substituímos o uso de sublinhado nos exemplos pela notação dos mesmos em itálico.

de que ficou «Rezervado na conferencia de 28 de Novembro de 1776» (Rosa 1776: fol. 1) e o segundo, entregue quatro anos mais tarde, foi «Escuzado: Meza 25 de Janeiro de 1781» (Rosa 1780: fol. 10 v).

Este manual surge num contexto em que as questões do ensino e, particularmente, o ensino da ortografia portuguesa se tornaram uma preocupação do governo e dos estudiosos da língua. Neste contexto, Rosa cria um material didático destinado aos seus alunos, com o objetivo de colmatar a parca existência de manuais deste teor e de facilitar a aprendizagem por parte dos estudantes das primeiras letras.

No presente artigo, tendo por objetivo dar a conhecer estes dois textos inéditos, apresentamos uma análise dos dois manuscritos, atentando nas suas diferenças. Posteriormente, destacamos as ideias ortográficas do autor tendo em conta o contexto e a finalidade para que foi construído este breve manual. Para tal, socorrem-nos-emos de autoridades ao nível da ortografia, destacando-se a obra *Breve Tratado de Orthographia* de João Pinheiro Freire da Cunha², autor responsável pela criação da *Academia Orthographica Portugueza*. Finalmente, daremos destaque à última parte do manuscrito, os atos de fé, pela importância que na época tinham como textos para o exercício da leitura.

2. CONTEXTO DOS MANUSCRITOS: A REFORMA DO ENSINO E DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

A obra de Manuel Álvares de Rosa surge num contexto de grandes mudanças ao nível do ensino³. A expulsão da Companhia de Jesus implicou o encerramento das suas escolas e a consequente necessidade de uma reforma do sistema de ensino. Com este intuito, surge o Alvará de 28 de junho de 1759, que pretende dar resposta ao vazio criado pela expulsão desta ordem religiosa, tornando-se imperiosa a adoção de um método mais simples, na linha do método anterior à vigência jesuítica:

² Neste artigo, usaremos a 2ª edição, de 1770.

³ Para um aprofundamento acerca deste contexto, leia-se Andrade (1981) e Carvalho (2008).

[...] no ensino daz classesz, e no Estudo daz Letraz Humanaz haja humna geral reforma, mediante a qual se restrita o Methodo antigo, reduzido aoz termos simplicis, claroz, e de maior facilid.^e, q se pratica actualmente pellaz Naçoéz polidas da Europa; conformandome, para assim o determinar, com o parecer doz homens maiz doutos, e instruidos neste género de erudiçoenz (Alvará de 30 de Setembro de 1770)⁴.

Estamos perante a primeira tentativa de um ensino oficial, marcado pela laicização, possível através da expulsão dos jesuítas. Resstruiu-se o ensino primário oficial, tendo sido criadas escolas de ler, escrever e contar, para onde foram recrutados mestres de primeiras letras para todas as cidades e vilas.

Neste contexto, surgem as *Instruçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica e de Rethorica*⁵, nas quais se estabelece quais as obras a utilizar e se prevê que o ensino do latim se faça em vernáculo, pelo menos no que respeita ao período de iniciação, de forma a facilitar a aprendizagem por parte dos alunos, sendo aqui visível a influência de Luís António Verney (1713-1792).

As *Instruçoens* fazem também referência ao método de ensino a adotar, remeterendo para a necessidade de uma metodologia breve, simples e gradual, de forma a motivar os alunos, o que seria uma condicionante para uma efetiva aprendizagem.

Na sequência do estabelecimento do ensino vernáculo do latim, é natural que tenha surgido a necessidade de um ensino sistematizado da língua portuguesa, que foi oficialmente instituído através do Alvará de 30 de setembro de 1770.

Por outro lado, a crescente valorização da língua portuguesa é visível também na publicação da Lei de 6 de novembro de 1772, que estabelece o ensino primário oficial em Portugal e decreta a obrigatoriedade do ensino da ortografia portuguesa dentro das escolas primárias.

5 Item: Ordeno, que os Mestres de Ler, e Escrever, e Contar, sejam obrigados a ensinar não somente aboa forma de Caracteres; mas tam-

bem as Regras Gerates da Orthographia Portugueza, e o que for necessario daSintaxis della; para que os seus respectivos Discipulos possam escrever correcta, e ordenadamente [...] (Lei de 6 de Novembro de 1772).

A publicação desta lei e a importância conferida à ortografia levantaram um problema aos professores das primeiras letras, uma vez que nunca antes haviam sido confrontados com a necessidade de um ensino oficial da ortografia. É neste contexto que surge João Pinheiro Freire da Cunha que, após uma carreira docente de cerca de onze anos, funda, em 1772, a *Academia Orthográfica Portuguesa*, porque se deu conta de que os seus «[...] contemporâneos não só não dispunham das regras geratas e explícitas da ortografia, como também não dispunham de um método didáctico adequado [...]» (Kemmler 2007: 63). Neste sentido, o objetivo desta associação era preparar os profissionais do ensino ao nível dos conteúdos e também da metodologia a adotar.

Tendo em conta todas estas mudanças e o fervilhar de novas ideias, estavam, assim, reunidas as condições para surgirem obras de caráter didático, que viessem responder às necessidades introduzidas por estas reformas, de que são exemplo os manuscritos de Manuel Álvares da Rosa.

3. O AUTOR

Como acontece com a maioria dos agentes do ensino do período pombalino, são muito escassas as informações sobre Manuel Álvares da Rosa. No rosto de Rosa (1780: fol. 2 r), o próprio autor identifica-se da seguinte maneira: «Por seu indigno devoto Manoel Alvarez da Roza, Mestre de Ler Escrever e Contar, por sua Magestade Fidelissima, e Consulta da Real Meza Censsoria».

Consta, portanto, que o autor dos manuscritos fazia parte do corpo docente dos professores dos *Estudos Menores*, ou seja, da instrução primária da época, pois chegou a ocupar uma das dezoito cadeiras para professores de ler e escrever que foram providas por resolução régia de D. Maria I de 16 de agosto de 1779 (Ribeiro 1872: 3-5). O estudo de Gomes (1982) revela, porém, que Rosa já fizera parte do número dos professores de instrução primária desde os tempos pombalinos, como informa a resolução régia de

⁴ Para a transcrição integral deste Alvará, veja-se Kemmler (2007: 504-508).

⁵ Para a transcrição integral destas *Instruçoens*, veja-se Kemmler (2007: 508-517).

10 de novembro de 1773. Sabe-se ainda que o autor pertenceu ao corpo docente do prestigiado Real Colégio dos Nobres, como se comprova através da leitura do excerto que se segue:

- Manoel Alvarez da Roza Mestre de Ler, e Escrever nesta cidade de Lisboa por tempo de trez anos com o Ordenado de noventa mil reis annuaes e com o vencimento do primeiro de Janeiro de mil setecentos setenta e quatro.

Por Avizo da Secretaria de Estado dos Negocios do Reyno na data de seis de Março de mil setecentos setenta e sete Ordenou Sua Magestade que em quanto não mandasse o contrario continua este Mestre no seu respectivo Emprego (Ministério do Reino 556: fol. 39r).

4. OS MANUSCRITOS N.º 1783 E N.º 4190

Em 1776, Manuel Alvares de Rosa apresenta à Real Mesa Censória um manuscrito criado com intuito de ser usado como manual na instrução primária. Quatro anos mais tarde, o autor apresenta uma nova versão deste mesmo manuscrito, tentativa que também não foi bem-sucedida. Importa, portanto, atentar nos dois textos e verificar em que medida estes apresentam diferenças. Neste sentido, sistematizamos seguidamente numa tabela os principais elementos dos manuscritos.

Tendo em conta a análise da tabela, verificamos que o autor introduziu algumas alterações no título dado ao segundo manuscrito. Assim, repare-se, desde logo, na introdução da palavra *prática* a iniciar o título do segundo manuscrito, depreendendo-se daqui que o autor pretendia conferir ao seu texto um pendor mais dinâmico, revelando uma preocupação pedagógica. Este carácter mais prático que o título poderia indicar acaba por não se verificar, pois o autor não apresenta inovações na forma como expõe os vários conteúdos, seguindo a estrutura adotada no primeiro manuscrito.

A sua preocupação pedagógica está patente também na intencionalidade de construir um manual breve, que apresentasse as regras de uma forma acessível aos estudantes das primeiras letras, buscando simplicidade. Neste aspeto, o autor encontra-se afinado com o seu tempo, pois, nesta altura, os estudiosos da língua portuguesa manifestavam uma preocupação em construir textos simples e de fácil compreensão.

Tabela 1. Diferenças entre os manuscritos n.º 1783 e n.º 4190

TÍTULO	MANUSCRITO N.º 1783	MANUSCRITO N.º 4190
	Breves instruções de Orthographia abreviada, para ensinar os principiantes no uso da Aula de Ler, Escrever, e Contar de Manoel Alvarez da Roza. Recopilada pelo mesmo, e devizam de pezos, e medidas secas emolhadas. Com os Actos de Fé, Esperança, Caridade, de Contrição, e Arriçãõ	Prática De humna breve Orthographia, para o uso dos principiantes nas Escolas menores, que ainda não frequentã a lingua Latina, Com os Actos de Fé, Esperança, Charidade e de Contrição para instrução da mocidade. Oferecido Ao Inclito Portuguez, e prodigiozo Thumaturgo da Igreja Catholica. O glorioso Senhor Santo Antonio honra de Portugal Por seu indigno devoto Manoel Alvarez da Roza, Mestre de Ler Escrever e Contar, por sua Magestade Fidelissima, e Consulta da Real Meza Censoria. Anno de 1780.
ANO	1776	1780
DEDICATÓRIA		Ao glorioso Senhor Santo Antonio honra de Portugal
PARTI PRIMEIRA	propriedade das letras (fols. 3r-7v)	propriedade das Letras (fols. 3r-7r)
SEGUNDA PARTE	portunçãõ da Orthographia Portuguesa (fols. 7v-9r)	Portunçãõ da Orthographia Portuguesa (fols. 7r-8v)
OUTRAS PARTES	devizam de pezos, e medidas secas e molhadas (fols. 9v-10r)	Actos de Fé, Esperança, Charidade e de contrição (fols. 9r-10r)
	Actos de Fé, Esperança, Caridade, de Contrição, e Arriçãõ (fols. 10v-12r)	

Por outro lado, o título, para além de fazer referência à brevidade do manual, também nos indica o seu público-alvo: no primeiro manuscrito, os principiantes no uso da Aula de Ler, Escrever,

e *Contra* e, no segundo manuscrito, os *principiantes nas Escollas menores, que ainda não frequentão a Lingua Latina*. Repare-se que, no segundo manuscrito, o autor referencia explicitamente que estes preceitos se destinam aos alunos que ainda não iniciaram o estudo da língua latina, tal como acontece no fólio seguinte, em que o autor, em vez de se referir aos «[...] que principiãõ na Escola as primeiras Letras [...]» (Rosa 1776: fol. 3r), se refere aos «[...] que ainda não estudaõ a Lingoa Latina» (Rosa 1780: fol. 3r). Poucos anos após a promulgação do Alvará de 30 de setembro de 1770, confirma-se aqui que, antes de estudarem a língua de Cícero, os alunos iniciavam o seu percurso escolar pela aprendizagem da língua materna, desracando-se a importância conferida à língua portuguesa.

Outra diferença entre os dois manuscritos é que o segundo, ao contrário do primeiro, apresenta uma dedicatória a Santo António, do qual o mestre das primeiras letras se confessa devoto.

Relativamente às partes que integram os dois textos, verificamos que apresentam uma estrutura semelhante. Nos dois manuscritos, as duas primeiras partes são dedicadas ao estudo da ortografia, em que se contempla a análise das características de algumas letras e a abordagem dos sinais de pontuação e das suas principais regras.

A estas duas partes iniciais vocacionadas para o estudo da língua portuguesa, segue-se, no primeiro manuscrito, uma outra dedicada aos pesos e medidas⁶, parte que não é contemplada pelo autor no segundo manuscrito. Neste sentido, com a eliminação destes conteúdos, este texto transforma-se num manual centrado apenas no estudo da língua portuguesa e da doutrina cristã.

A terminar os dois manuais, temos uma parte dedicada aos textos religiosos, integrando ambos as seguintes orações: Ato de Fé, Esperança, Caridade e de Contrição. O segundo manuscrito apresenta uma oração a menos relativamente ao primeiro, o Ato de Arção. Por outro lado, a formulação do discurso em cada uma das orações evidencia diferenças significativas de um manuscrito para o outro.

⁶ Esta parte está dividida da seguinte forma: *Divizam de pezo: Pezo de Prata e ouro; Medida mercantil; Medida de cousas secas e Medida de cousas molhadas* (Rosa 1776: fols. 9v-10r).

5. AS IDEIAS ORTOGRÁFICAS DE MANUEL ÁLVARES DE ROSA

Como referimos anteriormente, este breve manual surgiu num contexto marcado pela importância conferida ao ensino da língua portuguesa e, particularmente, da ortografia, como se comprova pela introdução do estudo desta parte da gramática nas escolas e pela criação da *Academia Orthográfica Portuguesa*.

No caso particular da *Academia*, esta associação terá recebido muitos profissionais do ensino, tendo sido frequentada, inicialmente, por professores do ensino secundário, sabendo-se, no entanto, que esta escola estava também aberta aos mestres de ler, escrever e contar, como se pode ler no cartaz de Abertura do curso:

Todos os Senhores Mestres de Ler, Escrever, e Contar, que pertencerem ouvir as Lições Académicas, serão francamente accetos, e reputados Sócios. Tães forão os primeiros Alumnos desta Academia pelos annos de 1772 a 1775, sendo-lhes privativamente instituída, antes de se parentear a todo o Povo (Cunha 1797a).

Desta forma, os professores que frequentaram a *Academia Orthográfica Portuguesa* «[...] não só durante os primeiros anos, mas também ao longo da sua carreira docente, serviriam como (mais ou menos) féis divulgadores da doutrina ortográfica e gramatical de Pinheiro» (Kemmler 2007: 64).

No caso de Manuel Álvares da Rosa, não temos conhecimento se frequentou esta associação, no entanto, dada a divulgação das ideias de Pinheiro, certamente terá tido contacto com as suas propostas ortográficas e pedagógicas, pelo que este autor poderá ter sido uma fonte para as ideias ortográficas de Rosa, que seguidamente analisaremos.

5.1. Parte Primeira: *propriedade das letras*

O autor inicia a parte primeira, dedicada à propriedade das letras, referindo acerca do sistema ortográfico mais adequado, defendendo a pronúncia como a base da ortografia. Neste sentido, considera que não é aceitável falar de uma forma e escrever de outra:

Para que tenhamos no que vamos a Escrever, devemos hir com a verdade, a saber, que devemos Escrever como pronunciamos, e pronunciamos, como Escrevemos; de outra sorte não será verdadeira a nossa escritura, nem será verdadeiro Portugues o que fala de huma sorte e escreve de outra (Rosa 1780: fol. 3r-3v).

A opção por este princípio ortográfico poderá estar relacionada com o facto de este manual se destinar à iniciação do ensino da escrita, uma vez que este sistema seria o mais acessível para o público-alvo em causa, ainda sem conhecimentos da língua latina e das questões etimológicas.

Na verdade, a escolha de um determinado sistema ortográfico nunca foi um tema consensual entre os nossos ortógrafos, que se dividiam entre uma postura mais conservadora, de pendor etimológico, cujo expoente máximo foi a *Orthographia* de Madureira Feijó, e uma postura que valorizava o critério fonético em detrimento do etimológico. De entre os vários defensores deste princípio, destaca-se nesta época Luís António Verney, que defende que os portugueses «[...] devem escrever a sua língua, da-mesma sorte que a-pronunciam» (Verney 1746: 14).

Rosa dá-nos conta precisamente desta controvérsia e assevera que não é seu intento entrar nestas disputas:

Naõ disputo as varias opinioins que ha sobre alguns pontos desta Arte, porque he esta huma materia raõ Controvertida, entre os Auhores, que dela escrevem, ainda na nossa Lingua Portuguesa, que já mais tem sahido da disputa para se fixar huma só regra serra (Rosa 1780: fol. 3v).

Seguidamente, o autor revela, mais uma vez, uma preocupação pedagógica, ao assumir como seu objetivo construir um *pequeno rezumo* que viesse eliminar a confusão existente, decorrente de opções ortográficas diversas e de uma falta de codificação ortográfica. Nesse sentido, pretende apresentar um manual simples e que possa servir de guia para os estudantes das primeiras letras:

Vejo a Confuzaõ de Escritos de Auhores de grande probidade, e cada hum deles vejo Escrever de seu modo, e segundo o que entendem, e dezejando eu com algum disvello instruir a mocidade, Livrando-os logo nos seus principios, de lere[m] algumas Escritas menos bem colocadas, me rezolvi a fazer este pequeno rezumo, pelo qual possaõ regular seos

escritos, e neste pequeno mapa, huma Lus com que se alume e para não tropesarem nas trevas da ignorancia (Rosa 1780: fol. 3v-4r).

Após estas reflexões iniciais dos sistemas ortográficos e da confusão que grassava entre os diversos autores, Rosa apresenta a sua proposta de definição de ortografia: «A Orthographia he huma Arte de Escrever com acerto, e dirigir as palavras, e oraçoens com a sua divida pontuasam» (Rosa 1780: fol. 4r).

Um aspeto que imediatamente ressalta desta definição é a sua brevidade e simplicidade. Por outro lado, verificamos que o autor entende, na senda da tradição, a ortografia como arte de escrever corretamente e contempla, também, o estudo da pontuação como parte da ortografia, tal como Pinheiro já havia proposto: «[...] trata, e esina[sic] cada h a das letras, com que se ha de escrever bem, e recremente qualquer palavra, e a *Puntuacão* dos Períodos» (Cunha 1770: 57-58).

Seguidamente, Rosa apresenta o abecedário e indica que ele é constituído por 23 letras, seis vogais (a,e,i,o,v,y) e dezassete consoantes (b,c,d,f,g,h,k,l,m,n,p,q,r,s,t,x,z)⁷.

Como se pode constatar, o autor não contempla no abecedário apresentado as letras <j>, tal como Feijó já fizera, e <v>. Por sua vez, Pinheiro, para além de não considerar igualmente o <v>, não inclui o <k> no seu abecedário, por considerar esta letra desnecessária⁸. Note-se, ainda, que o abecedário proposto por Rosa será aquele que, uns anos mais tarde, Soares Barbosa apelidará, no seu manual destinado à aprendizagem das primeiras letras, de *Abecedario Vulgar de 23 Letras* (Barbosa 1796c: 8).

⁷ Apesar de o autor referir que as consoantes são dezassete, por lapso, em cada um dos manuscritos apenas apresenta dezasseis, faltando no primeiro manuscrito o <k> e no segundo o <h>.

⁸ Na edição que estamos a usar, o <k> não é mencionado em qualquer parte da obra, no entanto, nas *Prolezo s* o autor fá-lo em edição posterior, corroborendo a sua inutilidade:

IX.

O K não he preciso no Portuguez.

PROVA-SE

Esta letra Grega equivale bem ao C em que os Latinos a commutao, e assim não se faz preciso, que lhe demos hospedagem para as palavras Greco-Latinas entre nos admitidas. Nas palavras Portuguezas he, e será sempre áspera, e desnecessaria. Logo o y [sic]37 não he preciso no Portuguez (Cunha 1794: 75).

No que concerne à divisão das consoantes, o autor apresenta uma nova modalidade na formulação do seu discurso, que assenta na exposição das regras através do diálogo, sendo este o único momento em que o faz. Esta estratégia vai ao encontro do objetivo a que o autor se propôs com a redação deste texto, ou seja, facilitar a aprendizagem aos principiantes no estudo das primeiras letras. Esta prática, que em Portugal remonta às *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina* de D. Jerônimo Contador de Argote, é adotada por Pinheiro no *Breve Tratado*, possível fonte de Rosa, que escolheu «[...] a prosa didáctica dialogada, o género textual que era não só mais simples e mais elementar, mas ainda (supostamente) mais perto da oralidade» (Kemmler 2007: 120).

Relativamente à proposta de Rosa para a divisão das consoantes, verificamos que as distingue em mudas, semivogais, líquidas e dobradas, indicando as consoantes que integram cada uma das categorias, com exceção para as dobradas.

- M. Quais são as mudas?
 D. As que terem a vogal são 7. que são *b c d g p q r*. e as semivogais são 8., *f l m n r s x z*.
 M. Quais são as líquidas?
 D. São duas *l e r* (Rosa 1780: fol. 4v).

A classificação das consoantes em mudas, semivogais, dobradas e líquidas era já habitual, como se pode confirmar, por exemplo, no *Breve Tratado*. Se compararmos as propostas dos dois autores, verificamos que as consoantes elencadas por Pinheiro e Rosa dentro das consoantes mudas e semivogais são as mesmas. As divergências surgem nas líquidas e dobradas, uma vez que, ao contrário de Rosa que só considera a existência de duas consoantes líquidas, Pinheiro acrescenta a esta lista o <m, g, c, p> e ainda o <n>, apesar de o ortógrafo nos dar conta de que nunca encontrou um exemplo do mesmo no português. Relativamente às consoantes dobradas, como já referimos, Rosa não as indica, o que é uma falha, porque os alunos ficariam sem esta informação. As consoantes que Pinheiro integra neste grupo são o <x, z>:

- P. Quaes são as letras *Duplices*, ou *Dobradas*?
 R. Estras: *X, Z*.
 P. Que quer dizer letra *Dobrada*?
 R. A que vale por duas consoantes (Cunha 1770: 65-66).

Seguidamente, Rosa debruça-se sobre a composição das sílabas, considerando que elas podem ser compostas por consoantes e vogais, assumindo que estas últimas são o núcleo da sílaba. De modo a facilitar a identificação do número de sílabas por parte dos alunos, fornece-lhes a seguinte regra: «As syllabas compoemse de vogais, e consoantes; quantas vogais tiver qualquer palavra, tantas syllabas diremos que tem, assim como na palavra Manoel, que tem tres syllabas [...]» (Rosa 1780: fol. 4v).

Depois da abordagem à sílaba, Rosa passa ao tratamento das letras, iniciando pela letra <a>, que diz não se dever dobrar, como já havia sido prática corrente.⁹ Por outro lado, dá-nos conta de que a opção por esta grafia estaria a cair em desuso e a ser substituída pela forma correspondente de apenas uma vogal, que ele diz ver com mais frequência. Por seu turno, Pinheiro, coetâneo de Rosa, ainda defende esta duplicação do <a>: «R. Nenh a palavra principia, ou acaba em letra dobrada consoante, ou vogal: excepto as que acabão no diphtongo de *aa*, como: *Manhaã, Irmaã*, etc. cuja ultima syllaba por ser diphtongo vale por h a só letra» (Cunha 1770: 69-70).

No tratamento da letra que se segue, o , Manuel Álvares da Rosa, para além de considerar que esta consoante só se deve escrever, de acordo com as regras da *ortografia da pronunciação*, quando se pronuncia, também apresenta a seguinte possibilidade: «[...] se a palavra tiver a sua Origen com *b*. se deve conservar na sua posse» (Rosa 1780: fol. 5r). Neste sentido, admite grafias etimológicas, contrariamente ao que havia postulado no início do texto.

Relativamente ao <c> com valor de [s], o autor considera que a maior dificuldade é saber quando se deve grafar com <ç> ou <ss>, «[...] pois ambos soam o mesmo; podem a primeira regra geral he seguir a disam Latina [...]» (Rosa 1780: fol. 5v). Mais uma vez o autor recorre à etimologia para ditar uma regra, pretendendo, assim, facilitar aos alunos a opção por uma destas grafias. Note-se no en-

⁹ Esta duplicação do <a> pode encontrar-se, por exemplo, em Feijó, que a apresenta como um ditongo: «[...] ha dithongos de dous *Aa*, que se pronunciaão juntos, como nestas palavras: *Irmaã, Maçaã, Irmaãs, Maçaãs*, etc. nas quaes se percebe o som de dous *Aa* inseparaveis; porque naõ dizemos: *Irma-ã Maça-ã* etc.» (Feijó 1734: 22).

tanto que, se os alunos estão a iniciar a aprendizagem da língua materna, ainda não têm conhecimentos da língua latina que lhes permitam aplicar esta regra.

No que concerne às palavras de origem portuguesa, a regra que o autor apresenta para os vocábulos que devem grafar-se com <ç> tem em conta a terminação da palavra:

[...] e nas que acabou em *aca, eca, ica, oca, uca*, assim como *amiga, cabeca, cortiça, carroça, careça, canpuça*.

Também os que acabou em *O*, como *andado, regado, calado*.

Tão-bem as acabadas em *ança, ença, inça, onça, unça*. Assim como: *fiança, avença, distância, giringança, e junça*; tão-bem os nomes acabados em *ença, ouço, como ripança, lenço, painço, esconço, ouaço, como rebuçó*.

Tão-bem os que acabou *arya, erva, erva, erva, erva*, como *farça, força, verça, corça, camurça*, ou em *O*, como *Mario, berço, corço*, etc. ou *çam*, como *reçam* (Rosa 1780: fol. 5v-6r).

No momento seguinte, Rosa dedica-se ao uso do dígrafo grego <ch>, referindo que naquela altura era mais frequente a eliminação do <h>, indo de encontro ao proposto pelos defensores de uma grafia etimológica. Na verdade, de entre todos os dígrafos gregos, este é aquele que mais frequentemente era substituído pelas consoantes portuguesas correspondentes, manifestando alguns autores bastante flexibilidade, como se pode ver, por exemplo, pelas palavras de Pinheiro: «*R*. Quando o *ch* tem som de *q*, como: *Charidade, Chara, Choro, Echo, Eucharistico*, etc. pôde-se escrever com *h*, ou sem elle: excepto as palavras *Christo, Christa, Christianidade*, com seus derivados, e também *Chrysostomo* [...]» (Cunha 1770: 107).

O outro dígrafo grego referido por Rosa é o <ph>, no entanto, neste caso o autor já não defende a primazia do uso, mas sim o critério etimológico, postulando a sua manutenção nas palavras que o contêm na sua origem: «*O Ph*, em lugar de *F*, contém-me a razão deve seguir o uzo de sua origem, quando he grega a palavra como *Philosophia*» (Rosa 1780: fol. 6v). Por sua vez, Pinheiro dá-nos conta de que, por esta altura, já havia muitos homens doutros que faziam a substituição do <ph> por <f>. Outro aspeto focado por Rosa é que se afasta da tradição vigente prendendo-se com a utilização do <ç> antes do <h>, que ele considerava ser um

erro que muitos cometem. Só admite o uso deste grafema para evitar a ambiguidade resultante de situações de hominímia, como é o caso da palavra *ato*, que pode ser uma forma verbal (*ato*) ou um substantivo (*acto*).

Finalmente, o autor aborda a questão das consoantes dobradas, e seguindo aquilo a que se propôs inicialmente, adotar o critério fonético, defende que só se devem dobrar as consoantes que «[...] vem entre duas vogais, assim como *corra morra*, e quando a pronúncia o pede. excepto, *honra, Henrique*, os quais porque não estão entre vogais, de que o *R* só tem força de dois *rr*» (Rosa 1780: fol. 7r). Note-se que nesta época não era muito habitual a proscrição das consoantes duplas, tal como já havia postulado Verney, que somente admite a duplicação do <r> por este grafema apresentar um valor fónico distinto:

Daqui fica claro, que devem desterrar-se da lingua Portuguesa, aquellas letras dobradas, que de nada servem: os dois *SS*, dois *LL*, dois *PP*, etc. Na pronuncia da lingua, nam se-ouve coiza alguma, que fasa dobrar, as ditas consoantes. Que se-escrava *Terra, Perra*, com dois *rr*, intendendo eu a razam: e o ouvido me-aviza, que a pronuncia é fortissima no-*r*. pois quando nam é forte, como em *Perra, Carracal*, escreve-se um só *r*. Mas em *Elle, Essa*, é coiza superflua: porque ou tenha um, ou dois *sr* itálico. sempre se-á-de pronunciar, da-mesma sorte (Verney 1746: 14).

5.2. Segunda parte: A pontuação

Na segunda parte deste breve manual, Manuel Álvares da Rosa dedica-se ao tratamento da pontuação, identificando sete sinais, «[...] a saber virgula (,) ponto (.) ponto e virgula (;) dois pontos (:), ponto e admiracão (!) ponto e interrogacão (?) parenthesis (')» (Rosa 1780: fol. 7r), para os quais indica algumas regras de uso. O sinal de pontuação para o qual o autor indica mais regras é a vírgula, com quatro regras, sendo que para cada um dos restantes indica apenas uma. Em geral, as diretrizes apresentadas são breves e simples, adaptadas, portanto, aos seus destinatários, os alunos que iniciam o estudo da língua materna. O autor termina esta parte aludindo à possibilidade de os interessados nestas questões poderem aperfeiçoar o uso da pontuação com a leitura de obras mais extensas.

6. O CATECISMO E O ENSINO DAS PRIMEIRAS LETRAS

Como referido, este breve manual, para além de uma parte dedicada ao ensino das principais regras ortográficas e de outra dedicada aos pesos e medidas, contempla ainda um conjunto de orações religiosas.

O uso do catecismo e de géneros textuais afins como instrumento pedagógico era uma prática que já se verificava no século XVI. A inclusão de conteúdos religiosos em obras didáticas com a finalidade não só de veicular valores morais, mas também de apresentar textos para o treino da leitura fica evidente, por exemplo, na obra de João de Barros, que, na *Cartinha*, contempla preceitos e mandamentos da Igreja, como se pode ler através das palavras do autor:

Em a cartinha passáda, demos arte pera os mininos facilmente aprender a ler: cô toda a diuersidade de syllabas q a natureza da nôssa línguaç padeeç. E assy lhe apresentamos os preceitos da ley, e os mandamentos da santa mãdre Igreja: côm o tratádo da missa em as quaes cousas cõuem ser elles dourinados [...] (Barros 1785: 70).

No século XVIII, a utilização do catecismo como manual auxiliar do ensino da língua portuguesa fica determinada oficialmente através do Alvará de 30 de setembro de 1770, que impõe a adoção do Catecismo de Montpellier para a prática da leitura em detrimento de processos judiciais, como vinha sendo hábito nas escolas de ler e escrever.

E por quanto me constrou, que nas Escolas de ler, e escrever se praticava até agora a lição de processos litigiosos, e sentenças, que somente seruem de consumir o tempo, e de costumar a Mocidade ao orgulho, e enleios do Foro: Hei por bem abolir para sempre um abuso tão prejudicial: E mando, que em lugar dos ditos processos, e sentenças, se ensine aos meninos por impressos, ou manuscritos de diferente natureza, especialmente pelo Catecismo pequeno do Bispo de Montpellier Carlos Joaquim Colbert, mandado traduzir pelo Arcebispo de Evora para instrução de seus Diocesanos, para que por elle vão tambem aprendendo os Principios da Religião, em que os Mes- tres os devem instruir com especial cuidado, e preferencia a outro qualquer estudo (Alvará de 30 de Setembro de 1770).¹⁰

¹⁰ Para a transcrição integral deste alvará, veja-se Assunção (2000: 451-454) e Kemmler (2007: 521-522).

Nesta época, o modelo de catecismo a adotar seria o *Catecismo pequeno*¹¹, uma tradução das últimas duas partes do catecismo de Montpellier, designadas respetivamente de «Catechisme, ou abrégé de la doctrine chrétienne, a l'usage des Enfans déjà confirmés» e «Peit Carechisme pour les enfans qui ne sont pas encore confirmés» das *Instructions générales en forme de Catechisme, ou l'on explique en abrégé par l'écriture sainte & par la Tradition, l'Histoire & les Dogmes de la Religion, la Morale Chrétienne, les Sacraments, les Prières, les Cérémonies, & les Usages de l'Eglise* (1702).

É neste contexto que começam a surgir manuais didáticos, contemplando diferentes partes (o estudo da língua, da aritmética e da religião) e indo ao encontro do que estava previsto na já mencionada Lei de 6 de novembro de 1772:

Ensinando-lhes pelo menos; as quatro especies de Arithmetica simples: o Cathecismo, e Regras da Civildade em hum breve Compendio: Porque sendo tão indispensaveis para a felicidade dos Estrados, e dos Individuos delles; são muito facéis de instillar nos primeiros annos aos Meninos tennos, doccis e susceptiveis das boas impressoens daquelles Mestres, que dignamente se applicam a instrullos (Lei de 6 de Novembro de 1772)¹².

Como referido anteriormente, no manual em análise, Manuel Álvares de Rosa seguiu esta estrutura, contemplando estas três componentes no texto que construiu para os seus alunos. No tocante à última parte, dedicada às orações religiosas, o autor apresenta no primeiro manuscrito os seguintes atos: *Acto de Fé*, *Acto de Esperança*, *Acto de Caridade*, *Acto de Contrição* e *Acto de Arrição*. No segundo manuscrito são repetidos os mesmos atos, com exceção do último, o *Acto de Arrição*. Por outro lado, os textos reproduzidos nos dois manuscritos, embora contenham sensivelmente a mesma mensagem, apresentam diferenças ao nível da formulação do discurso, que são também visíveis através de uma consulta de care-

¹¹ Veja-se, por exemplo, a obra escrita uns anos mais tarde por Jerónimo Soares Barbosa, a *Eschola Popular*, que contempla uma parte dedicada aos *Catecismos de Doutrina*, e *Civildade Christiana Para instrução, e para Exercício da Leitura* (1796) e que tem precisamente como fonte o catecismo de Montpellier. Para um estudo acerca destas questões, veja-se Kemmler (2011).

¹² Para a transcrição integral desta lei, veja-se Kemmler (2007: 523-526).

cismos da época. Veja-se, a título de exemplo, o Ato de Caridade nos dois manuscritos:

Amo-vos, meu Deos, com todo o meu coraçõ com toda aminha alma com todas as forças della, sobre todas as couzas, por seides quem sois, infinitamente bom em vos mesmo, e digno de todo o amor; como tambem a todos os meus proximos como a mim mesmo, unicamente por amor de vós, e por amor de vós hei de cumprir todos os preceitos da vosa Le (Rosa 1776: fol. 11r-11v).

Eu voz amo, Senhor, sobre todas as couzas por seides infinitamente bom, amavel, e por amor de vós amo ao meu proximo, como a mim mesmo (Rosa 1780: fol. 9r).

7. CONCLUSÃO

A centúria setecentista foi palco de significativas mudanças ao nível da educação, destacando-se a valorização da língua portuguesa e a institucionalização do seu ensino. Desta forma, urgia criar materiais didáticos que respondessem às novas necessidades decorrentes destas alterações. Foi neste contexto que Manuel Álvares da Rosa, mestre pombalino de ler, escrever e contar, escreveu os manuscritos n.º 1783 e n.º 4190, como o próprio refere, com o intuito de criar um manual sucinto, destinado aos seus alunos, aprendentes das primeiras letras. Assim sendo, tendo em conta o público-alvo a que se destinava, fazia sentido que a informação fosse apresentada de um modo simples, claro e breve, daí a própria designação de *Breves instruções de Orthographia abreviada e Prática de huma breve Orthographia*. Se compararmos este pequeno manual com outros criados com a mesma finalidade, anda que mais tardios, como é o caso da *Conferencia Literaria* (1789) ou da *Eschola Popular* (1796), verificamos que se trata de um texto menos desenvolvido e com menos informação. No entanto, deve-se destacar o facto de ter surgido numa época em que escasseavam materiais desta natureza, sendo por isso, desde logo, merecedor de um estudo que o retrasse do esquecimento.

No que concerne às ideias ortográficas, o autor começa por nos dar conta da instabilidade que então grassava no domínio da ortografia e, como tal, propõe-se criar um manual didático que clarificasse os seus alunos a este respeito. Provavelmente por este texto

se destinar a um nível elementar, o autor considera que o sistema mais adequado é o fonético, do qual se socorre quando defende, por exemplo, a eliminação das consoantes dobradas. No entanto, as suas propostas nem sempre são coerentes com este princípio, uma vez que, em vários momentos, Rosa recorre à etimologia para ditar regras ou defende a manutenção de grafias etimológicas, quando outros autores já postulavam a sua substituição, como é o caso, por exemplo, do uso do <ph>. Por outro lado, nesta fase não fazia sentido remeter os alunos para os étimos latinos, pois, como o próprio faz questão de referir, estes ainda não tinham conhecimentos que lhes permitissem fazer este tipo de comparações.

Das partes que compõem o manual, destaca-se, ainda, a última, na qual se apresentam algumas orações religiosas. Como referido, a inserção de textos desta natureza, para além da sua finalidade religiosa, visava o treino da leitura, dando continuidade à prática de associar a religião à educação, que se verificaria ainda no século seguinte. Na linha do restante manual, os textos apresentados nesta secção por Manuel Álvares da Rosa são breves e simples, mais uma vez ajustados ao seu público-alvo.

Da análise encetada aos manuscritos n.º 1783 e n.º 4190, textos inéditos que urge divulgar, podemos concluir que, não obstante algumas falhas que este breve manual possa ter, não podemos deixar de ter em conta que na época poucos seriam os materiais de carácter didático, destinados aos aprendentes das primeiras letras, e que Rosa procurou dar uma resposta a esta necessidade, tendo construído um manual pensado para os seus alunos, que cumpre os objetivos a que o seu autor se propôs quando o criou.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Banha de (1981): *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários* (1759-1771). 1.º volume. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigenis.
- Assunção, Carlos (2000): *A Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa de António José dos Reis Lobato. Estudo, edição crítica, manuscritos subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Barbosa, Jerónimo Soares (1796c): *Eschola Popular das Primicias Lettas dividida em quatro partes. Parte Tercera. da Calligraphia. E Orthographia, ou arte de escrever bem e certo a lingua portugueza*. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade.

- Barros, João de (1785?): *Compilação de varias obras do insigne portuguez Joam de Barros*. Lisboa: Na Officina de José da Silva Nazareth.
- Carvalho, Rómulo de (2008): *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cunha, João Pinheiro Freire da (1770?): *Breve Tratado da Orthographia, Para os que não frequentarão os estudos; ou Dialogos Sobre as mais principaes regras da Orthographia uteis para o Povo menos instruido, e para os que não tendo frequentado as Aulas, se achão hoje empregados nos escritorios publicos, e dezação acertar na praxe sem grande multiplicidade de regras, que não lhes são facéis de comprehender, e muito mais proveitozos aos meninos, que frequentão as Escolas. Segunda impressãõ muito accrescentada, e mais correctã*. Lisboa: Na Offic. de Joseph da Silva Nazareth.
- (1794): *Prohazes, Que Na Sessão Publica De Abertura Do Décimo Nono Curso Da Academia Orthographica Portuguesa Auxiliando Joaõ Pinheiro Freire Da Cunha Professor Público de Grammatica Latina, e Portugueza, Susstentou Joaquim José Agostinho Sócio Academico Na tarde de 28 de Setembro deste anno. DEMONSTRADAS Pelos mais sólidos Fundamentos*. Lisboa: Na Offic. de Antonio Gomes.
- (1797): *Abertura do Vigésimo Primeiro <Segundo> Curso da Academia Orthographica Portuguesa de Pinheiro Interessante a Nacionaes, e Estrangeiros nas duas salas das suas conferencias: De manhã, E á noite na Rua Nova de Elrei junto á Loja dos Connados. E de tarde na Rua de S. Bento logo abaixo da Travessa do Pombal. Na Officina de Antonio Gomes. Com Licença da de Sua Magestade*. Manuscrito de censura: A.N.T.T., Real Mesa Censória, Anúncios, Cx. 512, doc. 5186.
- Feijó, João de Morais Madureira (1734?): *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo duque de Lafuens*. Lisboa Occidental: Na Officina de Miguel Rodrigues.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1982): «Duas Listas de Professores: Uma elaborada pelo governo do Marquês de Pombal e outra pelo de D. Maria I». *Revista de Historia das Ideias - O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*. Vol. IV - Tomo II: 43-91.
- Kemmler, Rolf (2007): *A Academia Orthographica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea.
- (2011): «Um manual de ensino primário esquecido em finais do Antigo Regime: a Escola Popular das Primeiras Letras, de Jerónimo Soares Barbosa (1796)». *Diachronica*. 25/1: 203-228.
- Ribeiro, José Silvestre (1872): *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Literarios e Artisticos de Portugal nos successos reinados da Monarchia*. Vol. II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

- Rosa, Manuel Álvares da (1776): *Breves instruções de Orthographia abreviada, para entreter os principiantes no uso da Aula de Ler, Escrever, e Contar de Manoel Alz. da Roza. Recopilada pelo mesmo, e deuzam de pezos, e medidas secas emolhadas. Com os Actos de Fé, Esperança, Caridade, de Contração, e trição*. Manuscrito: A.N.T.T. Real Mesa Censória, Biblioteca, doc. 1783.
- (1780): *Pratica Dehumna breve Orthographia, para ouzo dos principiantes nas Escollas menores, que ainda não frequentão a Lingua Latina, Com os Actos de Fé, Esperança, Charidade e decontricão para instrução da mocidade Oferecido Ao Inclito Portuguez, e prodigioso Thaumaturgo da Igreja Catholica. O glorioso Senhor S.^{to} Antonio honra de Portugal Por seu indigno devoto Manoel Alz. da Roza, M. deLer Escrever e Contar, por sua Magd.^a Fidelissima, e Consulta daReal Meza Censoria. Anno de 1780*. Manuscrito: A.N.T.T. Real Mesa Censória, Biblioteca, Cx. 362, doc. 4190.
- Ministério do Reino (556) = «Despesas para os Professores do Real Colégio dos Nobres». A.N.T.T., Ministério do Reino, Livro 556.
- Verney, Luís António (?1746): *Verdadeiro Metodo de Estudiar*. Tomo Primeiro. Valensa: Na officina de Antonio Balle.